

CAPÍTULO 7

Panorama da agricultura familiar: uma análise multiescalar do Brasil ao Caparaó Capixaba

Vívia Motta Leal, Maurício Novaes Souza, Elielton Almeida de Sousa, Gabriela Alves de Novaes, Atanásio Alves do Amaral

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-34-3.c7>

Resumo

Historicamente, a agricultura tem suas raízes firmadas no trabalho familiar, inicialmente voltado à subsistência e à sobrevivência do grupo. Nesse contexto, o camponês estabeleceu uma relação embrionária com a terra, compreendida não apenas como meio de produção, mas também como espaço de moradia e pertencimento. Esse vínculo afetivo e simbólico contribuiu para o desenvolvimento de práticas produtivas menos agressivas ao meio ambiente, favorecendo o equilíbrio ecológico. Considerando que a relação com o território pode influenciar a maneira como o agricultor se conecta emocionalmente à terra e à comunidade, este estudo traça um panorama geral da agricultura familiar no Brasil, com recorte específico para o Espírito Santo e a região do Caparaó Capixaba. A análise enfatiza sua trajetória evolutiva, identificando limitações, desafios enfrentados e oportunidades que indicam caminhos possíveis para a superação das adversidades, com vistas à valorização da agricultura familiar como eixo estruturante do desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Pertencimento Territorial. Práticas Agroecológicas. Espírito Santo. Comunidade Rural. Desafios e Oportunidades. Vínculo Terra-Camponês.

1. Introdução

Nos primórdios da humanidade, grupos de caçadores e coletores evoluíram para agricultores ao desenvolverem o cultivo de hortaliças, tubérculos, frutas e ao iniciarem a domesticação de animais. Esse processo marcou o início da civilização, impulsionando a busca por terras férteis e estimulando o contato com alimentos até então desconhecidos. A partir disso, o ser humano passou a distinguir odores, sabores e texturas, conceber técnicas de cultivo e experimentar métodos de conservação, práticas essenciais à sua sobrevivência e à manutenção do grupo familiar, além de fomentar o surgimento de tradições e culturas alimentares (Abreu *et al.*, 2001).

Historicamente, portanto, a agricultura tem suas raízes sustentadas no trabalho familiar, voltado inicialmente à subsistência e perpetuação do grupo. O camponês, nesse contexto, desenvolveu uma relação simbiótica com a terra, compreendida como local de trabalho, moradia e identidade. Esse sentimento de pertencimento favoreceu a adoção de formas de manejo menos agressivas ao meio ambiente, promovendo equilíbrio ecológico e conservação dos recursos naturais (Altieri; Toledo, 2011; Silva; Soares, 2023).

Embora marcada por ampla diversidade social, econômica e identitária (Melo; Oliveira, 2020), a agricultura familiar precisa ser compreendida para além de uma abstração ideológica. A definição legal do agricultor familiar, prevista na Lei nº 11.326/2006, adotada pelo IBGE e pela FAO, permite identificar objetivamente os sujeitos desse setor, fornecendo base concreta para o desenho de políticas públicas eficazes. O reconhecimento desse arcabouço legal é fundamental para mensurar o impacto da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável, bem como para transformar a realidade rural de forma contínua e escalonável (BRASIL, 2006; FAO, 2014).

A agricultura familiar representa o maior número de unidades produtivas no Brasil e responde por parcela significativa da produção de alimentos, da geração de empregos e da dinamização de cadeias agroalimentares locais e regionais, tanto no campo quanto nas cidades. A partir desses aspectos, evidencia-se seu papel estratégico na promoção da segurança e soberania alimentar, especialmente diante dos atuais desafios socioambientais (IBGE, 2020; SAF, 2023).

A trajetória recente da agricultura familiar no Brasil também deve ser analisada como resultado das lutas por reconhecimento e por direitos sociais lideradas por movimentos sindicais e organizações rurais. A partir dos anos da década de 1990, essas entidades reivindicaram políticas públicas específicas frente ao avanço da exclusão social no campo e aos impactos da globalização sobre os pequenos produtores. A institucionalização da categoria "agricultura familiar", consolidada na Lei nº 11.326/2006, representou um marco político e simbólico importante para milhões de famílias agricultoras (Niederle; Fialho; Conterato, 2014).

Desde então, políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm desempenhado papel relevante na valorização do setor (Graziano Neto *et al.*, 2022).

Considerando que a relação com o território influencia diretamente o modo como o agricultor se vincula emocional e socialmente à terra e à comunidade, este estudo propõe um panorama da agricultura familiar no Brasil, com foco no Espírito Santo e na região do Caparaó Capixaba. A análise contempla sua evolução histórica, os principais desafios enfrentados e as oportunidades emergentes que podem alavancar estratégias de superação e fortalecimento desse modelo produtivo.

2. Agricultura Familiar: Panorama do Brasil, Espírito Santo e Caparaó Capixaba

Este breve panorama permite visualizar, em números, a relevância e as especificidades da agricultura familiar no Brasil, com destaque para o Espírito Santo e, em especial, a região do Caparaó Capixaba. Segundo o IBGE (2020), no último Censo Agropecuário (2017), analisado pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), estimou-se a existência de 108.014 propriedades rurais no Espírito Santo, envolvendo cerca de 357.258 pessoas em atividades agrícolas diversas. Destas propriedades, aproximadamente 75% têm base familiar, totalizando cerca de 213.557 pessoas ocupadas especificamente na agricultura familiar capixaba.

O Espírito Santo se destaca como o segundo maior produtor de café do Brasil, com relevância nacional e internacional na produção de cafés especiais do tipo arábica, cultivado nas montanhas capixabas e valorizado por torrefadoras em diversos países (Figura 1). Além disso, é o maior exportador nacional de mamão papaia, com destaque também para culturas como abacaxi, maracujá, coco, goiaba e morango.



Figura 1. Produção de cafés especiais no Sítio Santa Rita, Pedra Menina, Dores do Rio Preto, Caparaó Capixaba. Fonte: Acervo Maurício Novaes, 2023.

Esse cenário promissor se explica, em parte, pela diversidade de condições de clima, solo e relevo, que favorecem a exploração de múltiplas atividades agropecuárias. O estado também apresenta um desenvolvimento contínuo em toda a cadeia produtiva, desde a produção de insumos até a distribuição e logística, passando pela agroindustrialização. Devido ao seu tamanho relativamente pequeno em termos de consumo interno, a comercialização de produtos para fora do estado — seja em âmbito nacional ou internacional — é fundamental para a geração de emprego e renda em aproximadamente 80% dos municípios capixabas. As exportações para cerca de 130 países incluem, além do café, produtos como celulose, pimenta-do-reino, gengibre e mamão (PEDEAG 4, 2023).

Comparando os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, observa-se, em nível nacional, uma redução de 0,5% na área ocupada pela agricultura familiar,

9,5% no número de estabelecimentos e 17,6% nas pessoas ocupadas nesse segmento. No entanto, o Espírito Santo apresentou crescimento: aumento de 19% no número de estabelecimentos, 12% na área cultivada e 5,6% no número de pessoas ocupadas. Esse avanço inclui uma significativa ampliação da participação feminina na atividade agrícola, contrastando com a tendência de retração observada no cenário nacional (Santos; Canal; Tosta, 2022).

Esses resultados são fruto de investimentos públicos e privados, da modernização dos sistemas produtivos e de um processo de planejamento estruturado. Desde 2003, a agricultura familiar passou a ocupar papel central nas políticas públicas do governo estadual. Em parceria com a Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG), com o objetivo de impulsionar o setor. A adoção de uma cultura de planejamento participativo foi essencial para os avanços observados ao longo das últimas duas décadas, servindo como guia para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, com valorização econômica, social e ambiental, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos produtores e da sociedade em geral (PEDEAG 4, 2023) (Figura 2).



Figura 2. Visita técnica de alunos do Mestrado em Agroecologia do Ifes campus de Alegre na Estância São Lucas, Guaçuí, ES, 2024: valorização econômica, social e ambiental. Fonte: Acervo Maurício Novaes, 2024.

A relevância do mercado agrícola capixaba é evidenciada pelo peso do agronegócio na economia estadual. Responsável por aproximadamente 30% do

Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo, o setor concentra cerca de 40% da população economicamente ativa, sendo que quase 80% dos municípios dependem financeiramente de atividades relacionadas ao meio rural (CEDAGRO, 2020). Nesse contexto, a agricultura familiar (AF) constitui parte essencial desse sistema, contribuindo para a geração de emprego, renda e segurança alimentar.

2.1. O território do Caparaó Capixaba

O território do Caparaó Capixaba, localizado no extremo sudeste do Estado, faz divisa com os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e é composto pelos municípios de Alegre, Jerônimo Monteiro, Divino de São Lourenço, Dorcas do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Iúna, Muniz Freire e São José do Calçado. Dentro do contexto estadual, essa microrregião destaca-se por seu expressivo potencial agropecuário, mesmo em um cenário historicamente marcado pelo predomínio da monocultura cafeeira (Figura 3).



Figura 3. Mapa dos municípios e limites da Microrregião do Caparaó Capixaba.

Fonte: <https://www.es.gov.br/Notícia/conheca-o-novo-mapa-do-turismo-do-espírito-santo>, 2024.

Lima e Oliveira (2022) apontam indícios de transformação agrária na região, com a emergência de novas práticas e sistemas produtivos. Entre os aspectos favoráveis a essa mudança, destacam-se o ecoturismo e o agroturismo, a agroindustrialização e o cultivo agroecológico. Essas práticas não apenas diversificam as fontes de renda como também promovem uma nova relação com o espaço, a paisagem e os recursos naturais. Trata-se de um modelo agrário mais integrado ao meio ambiente, centrado na valorização da pequena propriedade rural e do trabalho familiar (Figura 4).



Figura 4. Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça, município de Alegre, ES.
Fonte: Acervo Maurício Novaes, 2024.

O território do Caparaó é caracterizado pela predominância de pequenas propriedades, majoritariamente vinculadas à agricultura familiar. As principais atividades econômicas incluem o cultivo de café arábica de montanha e a pecuária leiteira (Gobbo *et al.*, 2015). A microrregião, composta por 12 municípios, abriga uma população de 118.651 habitantes, dos quais cerca de 50% residem na zona rural. Destes, aproximadamente 80% estão inseridos na categoria da agricultura familiar (IBGE, 2021).

Entre seus principais ativos, destaca-se a imponência da Serra do Caparaó — cordilheira que atinge altitudes próximas a 3.000 metros — onde se localiza o Parque Nacional do Caparaó, área de proteção ambiental que abriga o Pico da Bandeira, o terceiro ponto mais alto do Brasil. A região é rica em nascentes e

riachos que alimentam as bacias hidrográficas dos rios Itabapoana e Itapemirim, ambas de fundamental importância para o sul capixaba.

As belezas naturais da Serra do Caparaó, associadas à diversidade de atividades agrícolas e ao fortalecimento do turismo ecológico, tornam a região estratégica para o desenvolvimento sustentável. Essa visão está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030 (ES 2030), cuja diretriz de futuro propõe um estado “empreendedor e turisticamente atraente, modelo de qualidade de vida e sustentabilidade” (Figura 5).



Figura 5. Patrimônio da Penha, município de Divino de São Lourenço, ES: fortalecimento do ecoturismo. Fonte: Acervo Maurício Novaes, 2024.

2.2. Perfil dos produtores rurais do município de Divino de São Lourenço

No município de Divino de São Lourenço, integrante da microrregião do Caparaó Capixaba, não existem assentamentos rurais. Das 868 propriedades registradas, 833 são classificadas como minifúndios ou pequenas propriedades. Esse cenário revela a predominância da mão de obra familiar na exploração das terras, configurando uma estreita relação entre propriedade e trabalho, fortemente ligada ao núcleo familiar.

A bovinocultura leiteira é a principal atividade agropecuária do município, caracterizada, em grande parte, pelo predomínio de práticas manuais. A população local é majoritariamente rural e, em sua maioria, reside na própria unidade produtiva. Os relatos dos agricultores evidenciam um processo

significativo de sucessão familiar, com a herança não apenas das terras, mas também do conhecimento e das práticas relacionadas ao ofício agrícola. A cultura do café se sobressai na região, acompanhada do cultivo de cana-de-açúcar, arroz, mandioca e milho (Lima; Oliveira, 2022).

Nas pequenas propriedades rurais familiares, observa-se maior precariedade no uso de métodos de gestão e na sistematização de informações produtivas. Segundo Clemente *et al.* (2010), esses produtores geralmente apresentam baixo grau de organização e planejamento, além de manterem registros informacionais pouco estruturados, dificultando a tomada de decisões estratégicas.

No distrito de Patrimônio da Penha, vila pertencente ao município, destaca-se o potencial turístico associado aos seus atrativos naturais, como trilhas em meio à rica biodiversidade, cachoeiras de águas cristalinas e corredeiras oriundas da Serra do Caparaó. A localidade atraiu moradores não naturais da região, inclusive estrangeiros, que estabeleceram residência permanente no entorno do Parque Nacional do Caparaó (PARNA). Essa nova configuração populacional introduziu hábitos, costumes e culturas diferenciadas, formando uma comunidade alternativa que adota práticas da agricultura familiar de base agroecológica (Figura 6).



Figura 6. Propriedade certificada na produção de cafés especiais em Pedra Menina, município de Dores do Rio Preto, ES: ecoturismo. Fonte: Acervo Maurício Novaes, 2024.

Esse modelo tem impulsionado o desenvolvimento de um turismo diferenciado, voltado para a gastronomia regional, hospedagens em pousadas familiares, ecoturismo e eventos com temáticas místicas e ecológicas, promovidos ao longo de todo o ano (Lima; Oliveira, 2022).

Apesar do dinamismo crescente, os problemas relacionados à gestão ainda constituem um desafio importante. A maioria dos pequenos e médios produtores apresenta deficiências gerenciais significativas, o que contribui para a baixa rentabilidade dos empreendimentos familiares (Lazzarotto; Fioravanço, 2012). Essa é a realidade enfrentada por muitos agricultores familiares do Território Caparaó, mesmo diante da atuação de associações de produtores rurais e da presença institucional do Consórcio Caparaó (Lima; Oliveira, 2022).

2.3. Agroindústria e agricultura familiar

No entanto, a agricultura familiar (AF) não se restringe apenas à produção agrícola, abrangendo também a agroindústria, que agrega valor aos produtos e contempla toda a cadeia logística, desde o transporte até a distribuição. Essa integração de atividades configura uma cadeia produtiva complexa e interconectada, envolvendo produtores rurais, agroindústrias, empresas de logística, instituições de pesquisa e demais agentes do setor (Nascimento; Franco, 2017; Ramos; Belik, 2019).

Enquanto empreendimento rural baseado na AF, o setor agroindustrial exerce papéis fundamentais na economia brasileira, contribuindo significativamente, por exemplo, para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) (Santos, 2024). Trata-se também de uma importante fonte de geração de empregos, englobando desde trabalhadores nas atividades agrícolas até profissionais nas indústrias de processamento de alimentos (Nascimento; Franco, 2015). As agroindústrias, muitas vezes situadas em áreas rurais, favorecem o desenvolvimento socioeconômico regional e contribuem para a redução das desigualdades sociais.

Além disso, o setor tem buscado incorporar tecnologias e práticas mais sustentáveis, em resposta à crescente demanda de consumidores ambientalmente conscientes. Vale ressaltar que a agroindústria não se limita à

produção de alimentos, abrangendo também segmentos como biocombustíveis, fibras naturais, produtos farmacêuticos, entre outros, o que contribui para a diversificação econômica do país (Ramos; Belik, 2019; Batista *et al.*, 2022).

Em síntese, a produção rural e a agroindústria são componentes fundamentais para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil, desempenhando papel estratégico tanto na segurança alimentar quanto na inserção do país no cenário global do agronegócio (Santos, 2024).

No Espírito Santo, a AF está presente em 2.024 empreendimentos, com um faturamento médio de R\$ 18.650 por mês, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017). A atividade desempenha ainda um papel relevante no fortalecimento do turismo rural — especialmente o agroturismo —, segmento em franca expansão, sobretudo no interior do estado (PEDEAG 4, 2023). Em 2017, esse setor impactou diretamente a renda familiar em 41,8% dos empreendimentos, contribuindo com até 25% da renda total dessas unidades produtivas, o que resultou em um faturamento aproximado de R\$ 75 milhões (IBGE, 2017).

Na região do Caparaó Capixaba, a agroindustrialização em propriedades familiares se concentra principalmente na produção de derivados lácteos, mel e ovos, o que tem possibilitado a diversificação da renda dos agricultores. Merecem destaque também a produção artesanal, a gastronomia e o agroturismo, que têm se revelado atividades promissoras. No entanto, a insuficiência de infraestrutura tem limitado sua expansão.

De modo geral, as propriedades rurais da região ainda fazem uso de mão de obra predominantemente manual e apresentam baixos níveis de qualificação profissional. Esses fatores representam sérios desafios para o desenvolvimento regional, especialmente em um cenário de crescente competitividade no mercado consumidor. Tornar a pequena propriedade rural economicamente viável e sustentável é, portanto, uma das principais barreiras a serem superadas (Gobbo *et al.*, 2015).

A carência de acesso a tecnologias apropriadas e adaptadas à realidade da agricultura familiar (AF) leva à adoção de práticas muitas vezes tecnicamente inadequadas e ambientalmente insustentáveis. Tal situação compromete a

produtividade, enfraquece a resiliência dos agricultores familiares e amplia sua vulnerabilidade socioeconômica (Lima; Oliveira, 2022). Nesse contexto, o desafio central reside em adaptar a mecanização aos sistemas produtivos diversificados, típicos da AF, além de promover investimentos consistentes na capacitação voltada ao turismo ecológico e às demais formas de diversificação produtiva.

Localizado em Patrimônio da Penha, no município de Divino de São Lourenço-ES, o Núcleo Agroextrativista Caparaó Capixaba, sediado no Espaço Puri, atua desde 2011 com a coleta e o beneficiamento de diversos produtos florestais não madeireiros, com destaque para as polpas dos frutos da palmeira juçara (*Euterpe edulis*) (Andrikopoulos, 2020). Nessa época, de acordo com esse mesmo autor, o núcleo contava com dois sócios efetivos. No entanto, durante o período de safra, a produção envolvia de 1 a 6 colaboradores, conforme a demanda do mercado e a disponibilidade de mão de obra. A divisão das atividades contempla coletores e beneficiadores, sendo que a sede do Núcleo dispõe de maquinários especializados, viveiros de mudas de espécies florestais nativas, alojamento, área de recepção, loja e um Centro de Artes Livres (Figuras 7, 8 e 9).

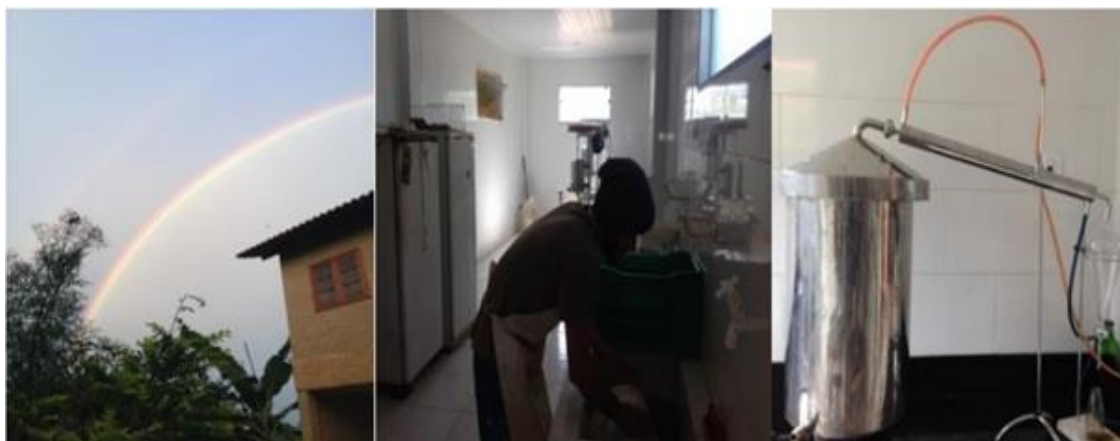


Figura 7. Núcleo Agroextrativista Caparaó Capixaba: Espaço Puri, Patrimônio da Penha, Divino de São Lourenço, ES. Fonte: Andrikopoulos, 2020.

Cabe considerar que a palmeira juçara tem ganhado destaque nos sistemas produtivos agroflorestais, especialmente em pequenas propriedades rurais, por seu potencial como fonte de renda para agricultores familiares em

diversas regiões do Brasil. Além do valor econômico, a espécie contribui para a recuperação ambiental, sendo utilizada em áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais, e representa uma estratégia eficaz de diversificação da produção (Souza, 2022). Nos últimos anos, tem se difundido o manejo sustentável da juçara, com a utilização de seus frutos na alimentação humana e o aproveitamento das sementes, resultantes do processo de despulpamento, para a semeadura e regeneração da espécie (Siqueira-Souza; Vinha; Mantovani, 2015).

2.4. Políticas públicas, assistência técnica e programas de qualificação

No Espírito Santo, a continuidade de políticas públicas específicas, a ampliação da assistência técnica e a qualificação da mão de obra especializada são fatores decisivos para o fortalecimento da AF. No entanto, ainda se observam gargalos estruturais que ameaçam o desenvolvimento sustentável do setor, como a baixa oferta de formação técnica especializada, a descontinuidade das políticas públicas de apoio à produção e comercialização, e a ausência de gestão administrativa eficiente nas propriedades (PEDEAG 4, 2023). Essas limitações estruturais são agravadas pela redução da oferta de trabalho especializado no meio rural, fenômeno associado ao êxodo rural e à baixa atratividade da vida no campo para as novas gerações (Grisa; Schneider, 2015).

Na região do Caparaó, especificamente, um dos principais desafios consiste em promover uma mudança de mentalidade entre os produtores rurais, estimulando-os a compreender que a geração de riqueza depende, entre outros fatores, do entendimento das exigências de mercado, da organização dos atores locais e da adoção de modelos de produção compatíveis com a realidade socioeconômica e ambiental da região (Penna Júnior, 2020). Nesse processo, a qualidade da interação entre o técnico extensionista e o agricultor familiar é decisiva. A efetividade da extensão rural depende da capacidade de ambos compreenderem a estrutura da cadeia produtiva, os recursos disponíveis na propriedade e, principalmente, de estabelecerem objetivos técnicos e financeiros realistas, alinhados à capacidade de execução do produtor.

A correta escolha e implantação de tecnologias apropriadas, adaptadas ao contexto local, são essenciais para viabilizar sistemas produtivos mais eficientes, com níveis de lucratividade atrativos e sustentáveis. Nesse sentido, autores como Altieri (2012) e Gliessman (2015) destacam a importância de tecnologias baseadas em princípios agroecológicos, que respeitam os saberes locais e promovem a autonomia dos agricultores. A agroecologia, aliada à extensão rural participativa, oferece um caminho promissor para transformar os sistemas de produção, conciliando produtividade com conservação ambiental e justiça social (Figura 10).

Ademais, o fortalecimento da AF requer uma abordagem mais ampla sobre as dinâmicas produtivas e sociais que se desenvolvem nas pequenas propriedades rurais. A literatura recente tem enfatizado a pluriatividade como uma estratégia central de sobrevivência e reprodução social das famílias rurais (Niederle; Fialho; Conterato, 2014). Essa estratégia envolve a combinação de atividades agrícolas, não agrícolas (como artesanato, turismo, agroindústria) e assalariadas, internas ou externas à propriedade.



Figura 10. Momentos do “Encontro da Cultura Juçareira”, realizado na Feira Livre de Patrimônio da Penha. Fonte: Andrikopoulos, 2020.

A pluriatividade desafia a concepção tradicional da agricultura como atividade exclusiva do meio rural e exige uma reconfiguração das políticas públicas, para que elas reconheçam e apoiem essa complexidade produtiva e social. De acordo com Abramovay (2007), é necessário pensar o

desenvolvimento rural não apenas como um processo de aumento da produtividade agrícola, mas como a construção de uma nova ruralidade, onde o campo é visto como espaço de múltiplas atividades, culturas e identidades.

Além disso, a diversificação das fontes de renda tem se mostrado um importante mecanismo de resiliência frente às incertezas do mercado e às mudanças climáticas. Nesse contexto, o turismo rural e ecológico, a produção artesanal, as feiras agroecológicas e os circuitos curtos de comercialização representam oportunidades concretas de inserção econômica para as famílias agricultoras, desde que apoiadas por políticas públicas integradas e pela valorização dos produtos locais (Del Grossi; Marques, 2019; Silva; Veiga, 2021).

Portanto, superar os entraves que limitam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Espírito Santo — e, mais especificamente, na região do Caparaó — exige um conjunto articulado de estratégias: políticas públicas continuadas, assistência técnica qualificada e contextualizada, incentivo à agroindustrialização e ao agroturismo, e valorização da pluriatividade como eixo estruturante de uma nova abordagem do rural brasileiro.

3. Cenário Atual

Diante da crescente demanda por alimentos, a agricultura tem desempenhado um papel central na transformação dos espaços naturais, sendo o trabalhador rural um agente fundamental nesse processo. Considerada uma das atividades humanas mais impactantes sobre o meio ambiente em escala global (FAO, 2006), a produção agrícola, quando conduzida com práticas não conservacionistas, acarreta efeitos adversos tanto para o meio natural quanto para a saúde humana. Esse cenário tem intensificado o debate sobre os problemas associados ao modelo agroalimentar dominante, exigindo abordagens mais sustentáveis que articulem produção, consumo, saúde e meio ambiente.

A insustentabilidade dos sistemas produtivos – compreendida como a incapacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991) – impõe a necessidade de soluções estruturantes

que mitiguem os impactos socioambientais decorrentes das formas tradicionais de produção. Nesse contexto, a microrregião do Caparaó Capixaba destaca-se por seu potencial para a construção de um novo paradigma agrário. Embora o modelo de produção predominante ainda seja o da monocultura cafeeira, Lima e Oliveira (2022) identificam iniciativas embrionárias que apontam para a transição agroecológica, com destaque para o eco/agroturismo, a agroindustrialização e os cultivos agroecológicos como caminhos promissores de diversificação econômica e sociocultural.

Essas alternativas sugerem uma nova forma de relacionamento com o território, pautada pela valorização da pequena propriedade familiar, da biodiversidade e dos saberes locais. Ainda assim, inúmeros entraves dificultam a consolidação de um modelo sustentável: baixos índices de produtividade e rentabilidade, ausência de gestão adequada das propriedades, práticas agrícolas degradantes, infraestrutura deficiente, escassa assistência técnica e falta de capacitação dos agricultores. Esses fatores se combinam para fragilizar a agricultura familiar (AF), perpetuando a sua condição de vulnerabilidade (Câmara, 2013).

Dentre as estratégias para reverter esse quadro, destaca-se a necessidade de promover a articulação entre Educação, Pesquisa e Extensão Rural. Essa tríade, prevista no PEDEAG 4 (2023), configura-se como um eixo estruturante para o fortalecimento da agricultura capixaba. A Educação é entendida como um processo formativo que fortalece o sentimento de pertencimento ao campo, incentivando o protagonismo do agricultor em sua realidade local. A pesquisa, tanto pública quanto privada, deve orientar-se pela geração de soluções tecnológicas e sociais que respondam às especificidades das cadeias produtivas locais. Já a Extensão Rural deve atuar como ponte entre o conhecimento gerado nas instituições e as práticas dos agricultores, promovendo a democratização do acesso às inovações e contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável (Figura 11).



Figura 11. Visita técnica de alunos do Mestrado em Agroecologia do Ifes campus de Alegre à Estância São Lucas, Guaçuí, ES. Fonte: Acervo Maurício Novaes, 2024.

Uma estratégia ainda pouco explorada é a formalização de parcerias interinstitucionais por meio de termos de cooperação técnica, que possibilitem a integração de universidades – com corpo técnico qualificado e demanda por projetos – com órgãos públicos que, apesar de dispor de orçamento, carecem de recursos humanos para a implementação de políticas públicas (Mattar *et al.*, 2012). Essa sinergia pode fortalecer os programas de extensão universitária, ampliar a capilaridade das ações no meio rural e garantir que as políticas públicas alcancem efetivamente os agricultores familiares.

Para que a agricultura familiar avance e se consolide como protagonista do desenvolvimento rural, é necessário considerar uma abordagem holística que envolva os fatores internos (como a gestão da produção e a organização da propriedade) e externos (como o acesso a mercados, políticas públicas e condições macroeconômicas) que influenciam diretamente as tomadas de decisão do agricultor. Nesse sentido, o domínio da cadeia produtiva, a compreensão do seu funcionamento e a capacidade de desenvolver estratégias

compatíveis com a realidade local tornam-se aspectos centrais para a sustentabilidade da AF (Penna Júnior, 2020).

As discussões contemporâneas sobre o futuro da agricultura familiar no Brasil dividem-se entre aqueles que a consideram inviável dentro da lógica capitalista das cadeias agroindustriais e os que defendem sua ressignificação e fortalecimento por meio da diversificação produtiva e da valorização dos territórios. A agricultura familiar, historicamente subordinada a setores mais organizados e com maior poder de barganha nas cadeias produtivas, enfrenta pressões que comprometem sua lucratividade e autonomia. Portanto, torna-se essencial que o agricultor familiar compreenda sua produção em termos sistêmicos, reduza perdas, maximize ganhos e adote práticas de gestão e planejamento orientadas por princípios de sustentabilidade ambiental e justiça social (Oliveira *et al.*, 2023).

Além disso, é imprescindível considerar a crescente importância da pluriatividade no meio rural, isto é, a combinação entre atividades agrícolas, não agrícolas e assalariadas como estratégia de reprodução social das famílias. Essa dinâmica rompe com a visão tradicional do agricultor como exclusivamente produtor de alimentos e exige uma reconfiguração das políticas públicas para que sejam capazes de atender à complexidade das novas ruralidades (Niederle; Fialho; Conterato, 2014; Abramovay, 2000). Assim, políticas públicas mais sensíveis à realidade do campo devem considerar não apenas a produção, mas também os aspectos sociais, culturais e ambientais que constituem a vida rural.

4. Considerações

Diante dos desafios socioambientais impostos pelo atual modelo de desenvolvimento agrícola, torna-se urgente repensar os paradigmas que sustentam a produção de alimentos, especialmente nas regiões marcadas pela hegemonia da monocultura e pela fragilidade estrutural da agricultura familiar. O caso da microrregião do Caparaó Capixaba ilustra, de forma emblemática, a tensão entre a permanência de práticas tradicionais e a emergência de novas formas de relação com o território, mais sustentáveis e inclusivas.

A construção de um novo sistema agrário, baseado na agroecologia, na valorização da agricultura familiar e na diversificação produtiva, exige a integração de esforços entre diferentes setores da sociedade. A articulação entre Educação, Pesquisa e Extensão emerge como eixo estratégico capaz de promover mudanças estruturais, ao mesmo tempo em que fortalece o protagonismo dos sujeitos do campo. A superação das limitações produtivas, técnicas e organizacionais da agricultura familiar dependem do investimento em formação, da ampliação do acesso às tecnologias adequadas e da efetiva democratização das políticas públicas.

Parcerias interinstitucionais e instrumentos de cooperação técnica representam caminhos viáveis para ampliar a efetividade das ações voltadas ao meio rural, sobretudo em contextos de escassez de recursos e de fragilidade institucional. Nesse sentido, é fundamental estimular arranjos colaborativos entre universidades, órgãos públicos, organizações sociais e agricultores, criando redes de apoio mútuo que contribuam para o desenvolvimento territorial sustentável.

Por fim, é imprescindível que a agricultura familiar seja compreendida em sua complexidade, como um modo de vida que articula dimensões produtivas, culturais, sociais e ambientais. Reconhecer esse potencial é um passo essencial para garantir que essa forma de agricultura não apenas resista às pressões do agronegócio empresarial exportador, mas floresça como alternativa concreta e viável para o desenvolvimento rural do Espírito Santo e do Brasil. A transformação do campo passa, necessariamente, pela valorização da diversidade, pela justiça social e pela sustentabilidade ambiental.

5. Referências

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1997, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 1997. p. 203-218.

ABREU, E. S. *et al.* Alimentação mundial: uma reflexão sobre a história. **Saúde**. São Paulo, v. 10, n. 2, 2001.

ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587–612, 2011. DOI: 10.1080/03066150.2011.582947.

ALVES, E. R. de A.; SANTANA, C. A. M.; CONTINI, E. Extensão Rural: seu problema não é a comunicação. In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, J. G. (Orgs.). **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016.

ANDRIKOPOULOS, F. B. **Manejo e conservação da palmeira juçara *Euterpe edulis* Mart. (Arecaceae) no entorno direto do Parque Nacional do Caparaó, ES**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Alegre, IFES, 2020.

BATISTA, C.; BENCKE, F. F.; ROMAN, D. J. J.; PADILHA, L. S.. Legitimação da liderança e capitais mobilizados: história de vida de lideranças femininas de uma agroindústria de grande porte. **Revista Reuna**, v. 27, ed. 1, p. 1-23, 2022.

BRASIL. **Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 103-A, p. 11, 31 maio 2017. Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1-2, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. **Plano nacional de extensão universitária**. In: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Ilhéus: Editora Editus, 2001, (Coleção Extensão Universitária).

CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: Ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política – Brasil**, v. 21, n. 46, p. 125-146, 2013.

CEDAGRO. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO. **Dimensionamento do mercado capixaba de produtos**. Vitória: Cedagro, 2020.

CLEMENTE, A.; SOUZA, A.; TAFFAREL, M.; GERIGK, W. Perfil das propriedades rurais familiares e controle de custos na Região Centro-Sul do Paraná. **Custos e Agronegócio on line**. v. 6, n. 3, p. 21-43, 2010.

DOWBOR, L. Educação e apropriação da realidade local. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p.75-92, 2007.

ESPÍRITO SANTO. SEAG. Secretaria do Estado e da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba: PEDEAG 4; 2023/2032**. Vitória, ES: Seag, 2023. Disponível em: [http:// https://seag.es.gov.br/acoes-e-programas/PEDAG](http://https://seag.es.gov.br/acoes-e-programas/PEDAG) Acesso em: 13 ago. 2024.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **2014: Ano Internacional da Agricultura Familiar**. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming-2014>.

FARIAS, M. F. L.; OLIVEIRA, E. R.; de SOARES, J. P. G. Metodologias em diálogos: perspectivas qualitativas e quantitativas nos caminhos da extensão universitária. In: In: SALETE MENEGAT, A. S.; OLIVEIRA, E. R. de. (Org.). **Saberes e experiências com a produção orgânica e agroecológica**. Dourados: UFGD, 2022. p. 15-30. ISBN: 978-85-8147-193-8. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/9788581471907>. Acesso em: 15 nov. 2024.

GOBBO, S.; GARCIA, R.; ALVAREZ, C. R.; EUGENIO, F.; AMARAL, A. (2015). Caracterização sociocultural das propriedades rurais do entorno do parque nacional do Caparaó. **Enciclopédia Biosfera**, 11. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/1365>. Acesso em: 21 dez. 2024.

GRAZIANO NETO, J. *et al.* Agricultura Familiar e Políticas Públicas no Brasil: Avanços, retrocessos e perspectivas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 1, 2022. DOI: 10.1590/1806-9479.2022.232777.

HERNANDES, A.; PIGOSSI, G. A. Impacto dos Projetos de Extensão Rural no Desenvolvimento dos Agricultores Familiares. **IX Congresso Virtual de Agronomia – CONVIBRA 2021**. ISSN 2358-1689. Disponível em: <https://www.convibra.org/publicacao/26201/> Acesso em: 27 ago. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf Acesso em: 05 ago. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário, 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> Acesso em: 05 ago. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/divino-de-sao-lourenco> Acesso em: 21 ago. 2024.

LAZZAROTTO, J. J.; FIORAVANÇO, J. C. Reflexões sobre a capacitação gerencial na agricultura familiar brasileira. **Revista Tecnologia e Sociedade**. Brasil: Curitiba. v. 14, n. 1, p.105-114, 2012.

LIMA, T. L. B.; OLIVEIRA, M. L. R. de. Dinâmica dos sistemas agrários no Caparaó capixaba. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, 2022 (CC

BY 4.0). ISSN 2525-3409. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i7.300071>
Acesso em: 11 dez. 2024.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2011. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/156> Acesso em: 12 dez 2024.

MATTAR, E. P. L.; OLIVEIRA, E.; FRADE JUNIOR, E. O. Termo de cooperação: um instrumento para fortalecer parcerias em ações de extensão rural universitária. **Revista Extensão Rural**, v. 19, n. 2, 2012.

MELO, S. W. C.; OLIVEIRA, L. G. de. A dinâmica da inovação na agricultura familiar do semiárido potiguar. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 517-537, 2020. DOI: 10.5380/dma.v55i0.73325 ISSN 2176-9109

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 9-24, 2014.

PENNA JÚNIOR, C. O. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; maio de 2020. **A produção intensiva de leite a pasto como fator competitivo para agricultura familiar no Espírito Santo**. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br> Acesso em: 18 nov. 2024.

PLATA, L. E. A.; FERNANDES, R. L. A nova assistência técnica e extensão rural brasileira. **Revista Perspectiva em Gestão, Educação & Tecnologia**, v.1, n.1, 2012.

ROBBINS, B.; WALLACE, D. **The family business**: how to successfully manage a family business. Melbourne: The Business Library, 1992.

SAF. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Balanço da Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2023.

SANTOS, A. F. Tendências e Desafios. Um estudo das percepções dos produtores rurais e representantes da agroindústria sobre o futuro do agronegócio brasileiro. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 81–104, 2024. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/comsus/article/view/32676>. Acesso em: 17. nov. 2024.

SANTOS, B. M.; CANAL, M. H. M.; TOSTA, M. C. R. Family farming: a comparative analysis between the socioeconomic aspects of Espírito Santo and Brazil based on the 2006 and 2017 Censuses. **REVER - Revista de Extensão e Estudos Rurais**. Viçosa – v. 11, n. 1, p. 25-49, 2022. ISSN 2359-5116.

SILVA, A. A. da; SOARES, J. C. de O. Agricultura familiar e produção de alimentos no Brasil: impactos na segurança alimentar. **GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES**, jul./dez. v. 1, n. 4, p. 67-78, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/index> Acesso em: 27 ago. 2024.

SIQUEIRA-SOUZA, F. K.; VINHA, S. G.; MANTOVANI, A. *Euterpe edulis* Mart. Cultivation in Brazil: 50 years of research and commercial production. **Agroforestry Systems**, v. 89, n. 2, p. 187-201, 2015.

SOUZA FILHO, H. M. de; BUAINAIN, C. G.; MÁRCIO, A.; BATALHA, M. O. Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: CONGRESSO DA SOBER, 42, 2004, Cuiabá. **Anais eletrônicos...** Cuiabá: SOBER, 2004.

SOUZA, M. N. (Org.) **Tópicos em recuperação de áreas degradadas**. Vol. III. – Canoas, RS: Mérida Publishers, 2022. 347 p. ISBN: 978-65-84548-04-6. DOI: <https://doi.org/10.4322/mp.978-65-84548-04-6>.

SOUZA, P. G. de; CAMARGO, G. H. S.; LOPES, L. T. Extensão universitária para a agricultura familiar. **Revista Americana De Empreendedorismo e Inovação: American Journal Of Entrepreneurship And Innovation**. v. 4, n. 1, 2022, p. 12-21 12. ISSN: 2674-7170. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/comsus/article/view/32676> Acesso em: 12 dez. 2024.

STRINGER, E. T. **Action Research: a Handbook for Practitioners**. Sage, 1996.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 1, 2002, João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa: UFPB.

VIEIRA, Silvia C.; BERNARDO, Cristiane H. C.; LOURENZANI, Ana Elisa B.S. Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar. **RECoDAF - Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2015. ISSN: 2448-0452.

WANDERLEY, M. de N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 64-83. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 13 nov. 2024.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Agriculturas**. [s.l:s.n], v. especial, p. 33-46, 2009. Disponível em: http://agriculturas.leisa.info/index.php?urlgetblob.pho_id238382a_id211a_seq0. Acesso em: 18 ago. 2024.